

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.061 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2000

Projeto define normas para a acupuntura

Projeto da Câmara será votado pela Comissão de Educação na reunião de hoje.

PÁGINA 3

CAE analisa hoje proposta de Lei de Responsabilidade Fiscal

Senador Jefferson Péres deve apresentar parecer sobre projeto que impõe transparência, austeridade e responsabilidade aos que administram recursos públicos



Jefferson Péres é o relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar hoje o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal. O relator da proposta na comissão, senador Jefferson Péres, apresenta seu parecer sobre a proposta que disciplina a gestão fiscal por meio de exigências como transparência, austeridade e responsabilidade por parte dos administradores de recursos públicos. A comissão já realizou três audiências públicas sobre o tema.

PÁGINA 3



Encontro buscará caminhos para evitar a degradação dos mananciais e a redução da oferta de água potável no país

Seminário discute a preservação das águas

“Águas 2000 – Qualidade de Vida e Desenvolvimento” é o tema de um debate que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado promove hoje e amanhã, no Auditório Petrônio Portella, com a presença de autoridades e especialistas.

PÁGINA 4

Sessão comemora o centenário de Freyre

Nome de Grossi será votado hoje à tarde

PÁGINA 4

Se fosse vivo, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, autor de *Casa Grande & Senzala*, completaria cem anos. Hoje, o Senado dedica a Hora do Expediente à data.

PÁGINA 4



Gilberto Freyre: atualidade da obra e das idéias do sociólogo autor de *Casa Grande & Senzala*

CONTA-PAGAMENTO PODE LIVRAR EMPREGADO DAS DESPESAS COM AS TAXAS BANCÁRIAS

PÁGINA 3

SALÁRIO SEM TARIFAS

O que diz o projeto que cria a Conta-Pagamento Padrão:

O EMPREGADO NÃO PODERÁ UTILIZAR A CONTA PARA OUTROS FINS QUE NÃO O SAQUE DO SALÁRIO



OS CUSTOS DE MANUTENÇÃO DESSAS CONTAS SERIAM ASSUMIDOS PELO EMPREGADOR

O empregado poderá receber seu **salário** sem pagar nenhum tipo de **tarifa bancária**

O SAQUE SERÁ FEITO MEDIANTE USO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU CHEQUE AVULSO (GRATUITOS)



O BANCO FICA PROIBIDO DE DISCRIMINAR, DE QUALQUER MANEIRA, O CLIENTE

ACM apóia proposta que eleve o mínimo acima de R\$ 151

Presidente do Senado lembra que Legislativo tem poder de alterar MP que fixou o valor

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que qualquer proposta que surgir no Congresso Nacional para um salário mínimo superior aos R\$ 151 estabelecido em medida provisória contraria com seu apoio. Ele ressaltou que o governo conhece sua posição favorável a um salário de R\$ 180.



Antonio Carlos reafirmou sua posição favorável a um salário mínimo de R\$ 180

Antonio Carlos lembrou que o Legislativo tem poder para alterar a MP, por meio de um projeto de conversão. O senador não quis fazer previsões, no entanto, a respeito das chances de êxito de uma iniciativa como essa, já anunciada por parlamentares da oposição.

O senador destacou o pioneirismo do estado da Bahia, "que já mandou para a Assembléia a proposta de um mínimo de R\$ 180, o que no setor público estadual vai representar um salário mínimo de R\$ 256".

REGIONALIZAÇÃO

A respeito da polêmica que vai surgindo entre juristas, sobre a legalidade da regionalização do mínimo, a partir de um piso nacional, Antonio Carlos disse confiar na sua sustentação. "Não posso acreditar que o governo tivesse feito isso de maneira leviana", disse.

Antonio Carlos Magalhães pediu pressa aos líderes partidários na in-

dicação dos parlamentares que integrarão a comissão especial que examinará a medida provisória fixando o valor do salário mínimo em R\$ 151.

O senador lembrou que o Regimento Interno faculta à presidência fazer a designação dos integrantes da comissão, uma vez que já decorreram 48

horas desde a edição da MP. No entanto, Antonio Carlos disse que vai esperar uma manifestação dos líderes até hoje.

— Se não indicarem os nomes da comissão, a presidência do Congresso o fará — afirmou.

AGENDA

Para além da questão do salário mínimo, o senador apontou uma agenda de trabalho parlamentar para este primeiro semestre que inclui a conclusão do processo de regulamentação da edição de medidas provisórias pelo Executivo, além da aprovação do Orçamento da União para este ano e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Antonio Carlos Magalhães garantiu que antes do recesso de julho deverá promulgar a emenda que disciplina a edição de medidas provisórias, de forma completa ou então "as partes que já foram aprovadas pelas duas Casas do Congresso Nacional".



Senador recebe prefeito de Camaçari

O prefeito de Camaçari (BA), José Tude (na foto, à direita), foi recebido ontem de manhã pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. No encontro, o prefeito relatou ao senador a evolução do projeto de implantação da fábrica da Ford no município, o desenvolvimento da economia local e sua intenção de disputar a reeleição no pleito de outubro próximo.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2000

Brasil 500



Antonio Carlos Magalhães
Presidente
9h30 — Participa do seminário sobre a preservação das águas
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do Expediente: será destinada a comemorar o centenário de nascimento do sociólogo Gilberto Freyre.

Pauta: PDL nº 55/95, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Emissora Fandangó para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira do Sul (RS); e Parecer nº 229/2000, sobre a Mensagem nº 91/2000, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a indicação de Teresa Cristina Grossi Togni, para exercer o cargo de diretora de Fiscalização do Banco Central do Brasil.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLC nº 2/2000, que dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; PLS nº 177/96, que dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento; PLS nº 282/99, que dispõe sobre a instituição da conta-pagamento padrão, isenta de tarifas bancárias; PLS nº 676/99, altera a Lei nº 9.496/97, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais; PLS nº 396/99, que destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizados pelo poder público aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos; Ofício "S" nº 3/2000, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da prefeitura municipal de Santos para contratar operação de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros administrado pela Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 12 milhões; PLS nº 455/99, altera dispositivos da Lei nº 7.713/88, e da Lei nº 9.250/95, que dispõem sobre Imposto sobre a Renda; e PLC nº 4/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão (responsabilidade fiscal). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 320/99, que denomina Aeroporto Internacional Senador Oscar Passos o novo aeroporto da cidade de Rio Branco (AC); PLC nº 67/95, que regulamenta o exercício profissional da acupuntura; e PDLs que aprovam o ato que outorga a concessão e renova a permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.011-5, que institui a taxa de autorização do bingo.

Pauta: audiência pública com Eduardo Viana e o jornalista Juca Kfourir. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

15h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apreciação dos destaques de redação apresentados ao relatório-geral. *Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

ESPECIAL

9h às 18h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realiza o seminário Águas 2000 — Qualidade de Vida e Desenvolvimento, em comemoração ao Dia Mundial da Água. *Auditório Patrônio Portella*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PEC nº 90/99 (votação nominal), que altera a redação do artigo 100 da Constituição federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (precatórios); PLS nº 671/99 — Complementar (votação nominal), que altera dispositivos da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional), da Lei 4.591/64 (Lei de Condomínios e Incorporações) e do Decreto-Lei nº 7.661/45 (Lei de Falências); Mensagem nº 85/2000 (votação secreta), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a indicação de Luiz Augusto de Castro Neves para exercer a função de embaixador do Brasil no Paraguai; PLS nº 679/99, que acrescenta parágrafo único ao art. 1.479 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil); PLS nº 680/99, que estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das

sociedades por quotas, de responsabilidade limitada; e PDL nº 249/99, que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Taquara para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquara (RS).

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDLs nºs 254/99, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educativa Nordeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Soledade (RS) e 260/99, que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Syria Comunicações para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucunduva (RS); e PLS nº 682/99, altera o art. 60 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: várias matérias, entre as quais emendas oferecidas em Plenário ao substitutivo do PLC nº 24/98, que dispõe sobre o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas; PLC nº 101/96, que define condições para lançamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos; PLC nº 73/96, revoga o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); PLS nº 530/99 (decisão terminativa), que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares; PLS nº 660/99 (decisão terminativa), que torna obrigatória concessão de emprego a pessoas portadoras de deficiência física; PLS nº 587/99 (decisão terminativa), que modifica o artigo 10, item II, alínea "a" da Lei nº 8.842/94, para priorizar o atendimento ao idoso na área de saúde; e PLS nº 262/99 (decisão terminativa), que altera o Decreto-Lei nº 986/69, introduzindo o conceito de alimento funcional; PLS nº 494/99 (decisão terminativa), que dispõe sobre o exercício da profissão de taxista. *Ala Senador Alexandre Costa, Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 687/99, que define crimes de responsabilidade dos magistrados, altera o Decreto-Lei 2.848/40 — Código Penal e a Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional; PEC nº 61/99, que dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 380/99, que altera dispositivo da Lei nº 9.503/97, de modo a permitir dispensa de exame de saúde a categorias profissionais especificadas; PLS nº 205/99, que acrescenta o parágrafo 1º, ao artigo 9º, da Lei nº 4.591/64; PLS nº 268/99, que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual da *habeas data*; PLS nº 90/99, que dispõe sobre a reprodução assistida; e PEC nº 66/99, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nos regiões Centro-Oeste e Nordeste. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

Após Ordem do Dia, reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PLS nº 492/99, que modifica o art. 3º da Lei nº 4.771/65, disciplinando a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aquicultura, com a presença de Marília Marreco Cerqueira, presidente do Ibama, e Miriam Prochnow, representante da Rede Mata Atlântica. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

Quinta-feira

9h30 — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.017-2, que institui a Cédula de Produto Rural.

Pauta: discussão da matéria. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

10h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.011-5, que institui a Taxa de Autorização do Bingo.

Pauta: audiência pública com o esportista Aurélio Migue; os presidentes dos comitês Olímpico e Paralímpico; e da Federação Nacional dos Atletas de Futebol. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

ESPECIAL

Quarta-feira

9h às 18h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realiza o seminário Águas 2000 — Qualidade de Vida e Desenvolvimento, em comemoração ao Dia Mundial da Água. *Auditório Patrônio Portella*

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Como enlouquecer seu chefe*, de Mike Judge. *Auditório Patrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalma Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAE discute Lei de Responsabilidade Fiscal

Com o projeto de lei, já aprovado pela Câmara dos Deputados e pela CCJ, o governo pretende criar instrumentos para garantir austeridade na gestão das contas públicas nos níveis federal, estadual e municipal



Althoff quer tornar o exercício da acupuntura privativo dos médicos, dentistas e veterinários

CE analisa projeto que regulamenta a acupuntura

O projeto da Câmara que regulamenta o exercício da acupuntura será apreciado pela Comissão de Educação (CE) hoje, às 11h30. O relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), elaborou parecer favorável à aprovação, na forma de um substitutivo.

A proposta prevê que qualquer profissional de saúde pode exercer a acupuntura, reconhecendo os diplomas emitidos por escolas ou associações de classe de acupuntura para a atividade de técnico na área. Pelo substitutivo, somente poderão exercer a acupuntura médicos, odontólogos e veterinários, inscritos nos respectivos conselhos federais e regionais. O texto da Câmara reconhece a atividade de técnico em acupuntura, enquanto a proposta de Althoff restringe a possibilidade do exercício da atividade de técnico aos profissionais que comprovadamente já trabalham com acupuntura há mais de três anos.

Nesta mesma reunião da CE, que é presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), será analisado o projeto do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que concede ao novo aeroporto de Rio Branco (AC) o nome do ex-senador Oscar Passos. O projeto é relatado favoravelmente pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Ainda estão previstas as votações das concessões para exploração dos serviços radiofônicos em frequência modulada (FM) à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Nordeste, na cidade de Ijuí (RS), à Fundação Educativa de Radiodifusão Professor Lourenço Filho, em Porto Ferreira (SP), à Rádio Correio do Vale, em Mamanguape (PB) e à Fundação Educacional do Município de Assis, na cidade de Assis (SP) e as renovações para explorar os serviços radiofônicos em onda média à Fundação Cultural de Aratiba, em Aratiba (SP), à Rádio Paulista, na cidade de Paulista (PE) e à Rádio Paranaíba, em Itumbiara (GO).

O relator do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Jefferson Péres (PDT-AM), deve apresentar hoje o seu parecer sobre a matéria. A proposta, que recebeu dez emendas, já foi aprovada na Câmara e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, onde recebeu parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR). O projeto que começa a ser debatido pelos integrantes da CAE destina-se a disciplinar a gestão fiscal por meio de exigências como transparência, austeridade e responsabilidade por parte daqueles que administram as contas públicas.

A comissão realizou três audiências públicas para discutir o tema, tendo como convidados o governador de Santa Catarina, Esperidião Amin; o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski; o



Em debates promovidos pela comissão sobre o assunto, o projeto foi criticado por desprezar a autonomia dos estados e dos municípios

ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares; e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier.

Amin manifestou-se a favor da proposta, mas questionou a intenção do

Ministério da Fazenda de cobrar comissão para conceder garantias a estados e municípios, conforme prevê o texto original do governo. Ziulkoski criticou o projeto argumentando que ele fere o pacto federativo, pois esta-

belece um modelo único de governo para estados e municípios. Ele disse também que a proposta privilegia o pagamento das dívidas públicas em detrimento dos gastos sociais.

Martus e Amaury Bier defenderam a aprovação da proposta destacando sua importância no processo de ajuste das contas públicas.

O projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal não foi modificado na CCJ, embora tenha recebido propostas de emenda dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Pedro Simon (PMDB-RS). José Eduardo Dutra já informou que deverá repetir a tentativa na CAE, apresentando emenda para equalizar, na proposta, o tratamento dado às despesas com o pagamento da dívida pública e o cumprimento dos deveres constitucionais do Estado no que diz respeito à saúde e educação, entre outros.

Proposta dispensa empregado de arcar com custos bancários

Além de examinar o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos deverão apreciar na reunião de hoje outras sete proposições. Uma delas, do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), cria a Conta-Pagamento Padrão, com a qual o empregado poderá receber seu salário mensal sem pagar nenhum tipo de tarifa bancária.

A idéia do senador, segundo explicou, é "corrigir abuso na imposição excessiva de tarifas aos clientes compulsórios de instituições bancárias", como é o caso dos empregados que recebem seus salários nos bancos. Ele determina que os custos de manutenção dessas contas sejam assumidos pelo empregador, sem que este possa descontar qualquer quantia do funcionário.

O empregado não poderá usar a conta para outros fins que não o saque do salário, o que fará mediante uso de cartão magnético ou cheque-avulso (também gratuitos). Já o banco, conforme o



Geraldo Cândido pretende evitar "a imposição excessiva" de tarifas

projeto, fica proibido de discriminar o cliente da Conta-Pagamento Padrão. A matéria recebeu parecer favorável do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e voto em separado contrário do senador Bello Parga (PFL-MA).

A CAE também deve examinar, em caráter terminativo, dois projetos do senador Edison Lobão (PFL-MA). Um

pretende destinar os valores não pagos dos prêmios de concurso lotérico, desde que autorizado pelo poder público, aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos. O senador Wellington Roberto (PMDB-PB) ofereceu parecer favorável à matéria. O outro altera dispositivos da lei que trata do Imposto de Renda e foi relatado favoravelmente pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Ainda consta da pauta da projeto do senador Francelino Pereira (PFL-MG) que propõe a fixação do limite de 2% para a multa de mora decorrente do pagamento em atraso de tributos federais.

Congresso Nacional deve votar Orçamento na próxima semana

O Congresso deve votar o Orçamento para este ano na próxima semana, previu ontem o presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). A comissão deve se reunir hoje, às 15h, para fazer as últimas votações do substitutivo do relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG).

O substitutivo do projeto orçamentário que sai da comissão introduz centenas de modificações na proposta original do Executivo, beneficiando milhares de programas e projetos em todos os estados. No total, os deputados e senadores fizeram mais de 8 mil emendas e o relator-geral aumentou a



Mestrinho preside hoje reunião em que a CMO deve concluir a votação do Orçamento

previsão de receitas da União em 3,29%, sob o argumento de que o governo não havia considerado o crescimento inflacionário do segundo semestre do ano passado.

Além disso, a comissão decidiu usar R\$ 304 milhões de receitas do DNER, provenientes do programa de fiscalização das rodovias federais. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não havia colocado tais receitas em suas previsões, o que levou o ministro dos Transportes a enviar carta aos deputados e senadores afirmando que o DNER deverá ter neste ano uma receita de multas próxima de R\$ 700 milhões. O relator-geral decidiu então usar metade da previsão feita pelo Ministério dos Transportes.

Com o aumento das receitas e o cancelamento de 5% do custeio previsto pelo governo, a CMO aumentou a previsão de investimentos federais de R\$ 6,8 bilhões para R\$ 11,6 bilhões, um crescimento de R\$ 4,8 bilhões (70,5%). Melles afirma em seu parecer que investimentos significam mais empregos e o Congresso não podia concordar com uma queda em tais aplicações, como pretendia o Executivo.

ORÇAMENTO EM VOTAÇÃO

8 mil foram as emendas feitas pelos deputados e senadores

R\$ 4,8 bilhões é quanto aumentou a previsão de receitas da União no novo projeto

R\$ 11,6 bilhões Será o total de investimentos do governo

1.202 destaques foram pedidos no relatório geral

PROJETOS, DISCURSOS, VOTAÇÕES...

ACOMPANHE AS ATIVIDADES DO SENADO

WWW.SENADO.GOV.BR

Indicação de Grossi será votada hoje no Plenário

Senadores apreciam na sessão desta tarde o nome indicado pelo presidente da República para assumir a Diretoria de Fiscalização do Banco Central. CAE aprovou nome no último dia 21 com os votos da base governista

O Plenário do Senado vota hoje à tarde a indicação, pelo presidente da República, de Teresa Cristina Grossi Togni para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central. Ela anunciou, em sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que dará prioridade ao Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros.

Ao ser sabatinada, Teresa Grossi pediu a colaboração do Congresso na aprovação de leis necessárias ao melhor desempenho da fiscalização do sistema financeiro. Disse que a diretoria, com 635 servidores, fiscaliza 196 bancos, 513 outras instituições bancárias, 2.500 fundos de investimentos, mais de 1.200 cooperativas de crédito e cerca de 400 administradoras de consórcios, dis-



Grossi, falando à CAE: prioridade ao Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros

tribuídos em 3.700 municípios, além de 25 mil agências ou postos de atendimento. Para ela, esses números são suficientes para demonstrar as dificuldades de fiscalização do sistema financeiro.

A indicação de Teresa Grossi foi aprovada no último dia 21 pela CAE, com 22 votos da base governista. Argumentando que ela foi indiciada pelo Ministério Público nas irregularidades apuradas pela CPI do Sistema Financeiro, o Bloco Oposição não votou sua indicação, sendo acompanhado pelos senadores do PMDB Pedro Simon (RS) e Roberto Requião (PR).

Os senadores do bloco argumentaram que, em janeiro de 1999, ela participou da operação financeira de socorro aos bancos Marka e FonteCindam, a qual resultou em prejuízo para o erário. Relator da indicação, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) opôs-se a esse argumento, dizendo que as ações judiciais que a envolvem não têm ainda decisão final.

Senado homenageia centenário de nascimento de Gilberto Freyre

O centenário de nascimento de Gilberto Freyre, sociólogo pernambucano que inovou na pesquisa sobre a identidade brasileira, será comemorado na sessão de hoje do Senado, por iniciativa do senador José Jorge (PFL-PE). Em 1933, com a publicação de *Casa Grande & Senzala*, Freyre descartou a história oficial e as interpretações intelectuais então correntes sobre a formação nacional, permitindo que o país finalmente se reconhecesse nas suas etnias de origem — o branco português, o negro africano e o indígena.

As muitas celebrações em torno do centenário de Gilberto Freyre apontam para a atualidade de obras e idéias que,

produzidas na primeira metade do século, anteciparam em muito a atual voga de análises sociológicas e históricas centradas na vida cotidiana, nas mentalidades e nas práticas sociais. O atual interesse acerca das "histórias da vida privada", a emergência de estudos etnográficos sobre relações soci-

ais no campo político e as recentes pesquisas sobre a condição da mulher, as minorias sexuais, o espaço doméstico, por exemplo, são decorrentes de um conhecimento sobre o Brasil que foi sistematizado pela primeira vez por Gilberto Freyre.

Polêmico e controvertido, acusado ora de diretista, ora de "soviético", Gilberto Freyre foi deputado constituinte em 1946, representou o Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas de 1949, teve sua obra publicada em vários países, mas não teve lugar na sociologia brasileira dos anos 50, 60 e 70, inspirada pela "grande sociologia" de origem europeia

das obras capitais de Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim. Em entrevista concedida à revista *Playboy* em 1980, marcou suas diferenças em relação à intelectualidade paulista, da qual elogiou apenas Fernando Henrique Cardoso, e, no Rio de Janeiro, o ex-senador Darcy Ribeiro, a

quem Freyre agradecia um dos melhores prefácios já feitos a uma edição de *Casa Grande*.

Para Darcy Ribeiro, que também concentrou seus estudos na formação do povo brasileiro, devemos a Gilberto Freyre "sobretudo o havermos aprendido a reconhecer, senão com orgulho, ao menos tranquilizados, na cara de cada um de nós ou na de nossos tios e primos, uma bocarra carnuda, cabelos crespos ou aqueles narigões fornidos de indubitável procedência africana e servil".

Coerente com seu "anarquismo-constructivista" — era assim que Freyre se autocalificava —, em entrevista concedida em 1985 ao antropólogo Gilberto Velho, do Museu Nacional, Gilberto Freyre utilizou a figura de um guarda de trânsito para explicar qual o tipo de governo que ele considerava adequado ao país naquele momento histórico, de transição do regime militar: "Não manda no trânsito, mas o coordena", disse ele, defendendo um "mínimo de governo coordenador" e o "máximo de autonomia para as energias" sociais e regionais constitutivas da identidade brasileira.

A casa no bairro Apipucos, no Recife, onde o sociólogo morou a maior parte de sua vida, abriga hoje a Fundação Gilberto Freyre, aberta a visitas também na Internet, no endereço www.fgf.org.br.



Gilberto Freyre: publicação de *Casa Grande & Senzala*, em 1933, revolucionou a sociologia nacional



Senadora Emilia Fernandes, presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura



Senador Bernardo Cabral: água potável será um recurso estratégico no próximo século

Encontro discute como proteger as reservas de água no Brasil

O futuro da água estará em debate hoje e amanhã, no Senado, durante o seminário "Águas 2000 — Qualidade de Vida e Desenvolvimento". A convite da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, parlamentares, especialistas e professores universitários discutirão os problemas do uso da água no Brasil e no mundo, a procura de caminhos para evitar a degradação dos mananciais e a redução da oferta de água potável. O seminário será realizado a partir das 9h, no Auditório Petrônio Portella.

O encontro será aberto com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, da presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), do presidente da Câmara, Michel Temer, e dos ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e da Integração Nacional, Fernando Bezerra. Participarão dos debates representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e das associações brasileiras de Recursos Hídricos (ABRH), de Águas Subterrâneas (Abas), de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), além de técnicos dos governos estaduais e o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), estudioso e autor de vários livros sobre o assunto.

Os debates abordarão a falta de água potável em algumas regiões do país, poluição de rios e

de mananciais, o aprimoramento da legislação sobre recursos hídricos, enchentes e secas. O Brasil conta com 11,6% de toda água doce superficial do planeta, mas 70% dela se concentram na bacia amazônica, onde vivem apenas 7% da população brasileira. Os outros 93% de brasileiros moram no Centro-Sul e no Nordeste e, nessas regiões, algumas áreas se defrontam com problemas sérios de abastecimento de água potável.

Para o senador Bernardo Cabral, a água doce potável será no próximo século um recurso estratégico, como são hoje o petróleo ou as jazidas minerais. Assim, a expectativa de que possa faltar água em determinadas regiões da Terra irá transformar este recurso em uma *commodity* (produto básico vendido em grande quantidade) disputada. Nesta situação de país privilegiado, o maior problema brasileiro não é a falta de água, mas um passado de gestão inadequada.

Especialistas brasileiros afirmam que os recursos hídricos do país poderão se esgotar ou ser contaminados, tornando seu uso impróprio para a população, caso a sociedade não tome medidas de preservação ou proteção. Lembrem, inclusive, que apenas 5% dos esgotos das cidades brasileiras são tratados adequadamente antes do seu lançamento nos rios.

Arruda elogia mecanismo que permite aumentar salário mínimo nos estados

Para o senador, a autorização para fixar pisos salariais superiores a R\$ 151 é a saída que possibilitará elevar o poder de compra dos trabalhadores sem agravar o déficit da Previdência

Sustentando que o salário mínimo saiu de uma discussão simplesmente retórica para um debate objetivo, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) elogiou ontem o mecanismo proposto pelo governo federal para possibilitar aos governadores fixar uma quantia maior que R\$ 151.



Arruda: estabilidade possibilita aumento do poder de compra do salário

Segundo ele, o reajuste do mínimo consistiu num ganho real de 56% em relação ao aumento da cesta básica.

Conforme o parlamentar, a estabilidade da economia propiciada pelo Plano Real está permitindo um aumento real do poder de compra do salário mínimo, embora este ainda continue pequeno. Arruda considerou da maior relevância o mecanismo que abre aos estados a possibilidade de fixar pagamentos acima do mínimo. E lembrou que a Constituição de 88 já previa que, mediante lei complementar, o governo poderia descentralizar essa decisão.

Em sua opinião, ninguém melhor que os governadores e as assembleias legislativas para fixar esse valor. Para justificar que o governo federal não poderia dar um aumento maior, ele argumentou que,

a cada R\$ 5 de aumento do mínimo, amplia-se em R\$ 1 bilhão o déficit da Previdência.

No entender de Arruda, o dilema com que o governo federal sempre se defrontou agora teve uma saída.

— A válvula aberta é que os estados poderão estabelecer pisos salariais superiores ao mínimo, que vão vigir

não só para a folha de pagamento de pessoal, mas também para o setor produtivo — afirmou José Roberto Arruda.

Para ele, essa foi a maior mudança feita nos últimos tempos em favor do trabalhador, e as reclamações dirigidas normalmente ao governo federal serão agora divididas entre os governadores.

Os senadores Maguito Vilela (PMDB-GO), Amir Lando (PMDB-RO) e Moreira Mendes (PFL-RO) o apartearam.

O primeiro para dizer que o salário mínimo brasileiro está entre os piores do mundo.

Moreira Mendes elogiou a proposta do governo, definindo-a como inteligente e ousada.

Já o senador Amir Lando avisou que haverá dificuldade constitucional para delegar esse poder de aumento do mínimo aos estados.



José Fogaça considera R\$ 151 um valor "muito baixo e injusto", mas saudou o fim da camisa-de-força do salário mínimo nacionalmente unificado

Fogaça também vê avanço na proposta do governo

Apesar de considerar o valor de R\$ 151 do novo salário mínimo "muito baixo e injusto", o senador José Fogaça (PMDB-RS) disse ontem que neste ano a autonomia dada aos estados para estabelecer valores para uma remuneração mínima estadual possibilitará o rompimento da camisa-de-força de um salário mínimo unificado nacionalmente.

Segundo Fogaça, o governo federal pode, de acordo com o artigo 22 da Constituição, autorizar, através de lei complementar, os governos estaduais a legislar sobre direito do trabalho, incluído o salário mínimo. "Não pode ser através de medida provisória ou lei ordinária", assegurou Fogaça.

O senador explicou que essa autorização não exige o gover-

no federal da responsabilidade que lhe cabe de estabelecer um salário mínimo nacional e também não obriga os governadores a criarem um salário mínimo estadual.

O senador observou ainda que, no caso dos estados, é preciso regulamentar a contribuição previdenciária. Além disso, o senador disse que o salário mínimo vale para os setores público e privado.

Fogaça lembrou que é preciso saber se a estrutura econômica das empresas privadas do estado suportará o valor fixado pelo governo local. O senador ainda elogiou o governador Mário Covas pela afirmação de que a iniciativa do governo federal privilegia o princípio federativo e a autonomia dos estados.

Para Ademir, medida exige mudança na Constituição

Apesar de afirmar que concorda politicamente com a decisão do governo federal de permitir que cada estado estabeleça o seu próprio salário mínimo, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) comentou que é necessário que a Constituição federal seja modificada para que a medida possa provocar efeitos. Ele explicou que uma lei complementar não pode contrariar o que determina a Constituição, "que exige um salário mínimo unificado".

Considerando "demagógica" a forma como o governo federal anunciou a proposta de que os governos estaduais possam es-



Ademir Andrade diz que a fixação de pisos salariais pelos estados contraria o que hoje determina a Constituição federal

tabelecer seus próprios salários mínimos, contanto que o valor não seja inferior a R\$ 151, Ademir Andrade afirmou que o debate que está sendo estabelecido sobre o assunto, no momento em que também se discute o teto do funcionalismo público, é uma discussão absurda.

— Só no Brasil ou em países semelhantes poderia se discutir um salário mínimo de cerca de US\$ 80 dólares e ao mesmo tempo debater um teto salarial do funcionalismo público que pode atingir R\$ 25 mil ou mais de US\$ 12 mil. Se os senadores forem receber o teto, ganharão 87 sa-

lários mínimos, enquanto que no maior país capitalista, os Estados Unidos, a diferença entre o que recebe um parlamentar federal e o salário mínimo é de cinco vezes — comparou Ademir Andrade.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) comentou que, se for feita uma pesquisa entre os brasileiros, todos responderão que o salário mínimo de R\$ 151 "é uma remuneração de fome e de miséria".

Para ele, se o governo federal realmente pretende resgatar seus índices de popularidade, deveria ousar ao fixar o novo salário mínimo nacional.

Senador quer saber a quem BNDES fez empréstimo

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou requerimento de informação solicitando que o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Alcides Tápias, encaminhe ao seu gabinete a relação de todos os empréstimos contratados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos últimos cinco anos. Ele justificou o pedido citando reportagens publicadas na imprensa noticiando que o BNDES vem financiando empresas estrangeiras na compra do patrimônio público brasileiro. — O BNDES foi criado com o intuito de diminuir as diferenças regionais, colocando recursos nas regiões menos desenvolvidas. Mas, ao longo dos últimos cinco anos, no governo Fernando Henrique Cardoso, tem tomado um caminho diferente. Atualmente existe até a denúncia de que o programa para construir 49 termelétricas no país, com recursos do BNDES, financeira apenas 13 empresas de capital nacional — comentou Ademir Andrade, baseado em matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*.

Em seu requerimento, Ademir Andrade pede que a relação dos empréstimos do BNDES seja fornecida separadamente, por ano, região geográfica do país, tipo de empresa, área da economia e origem do capital, se estrangeiro, nacional ou misto. O senador também solicita informações sobre identificação do programa a que se refere a linha de crédito, valor do empréstimo, origem do recurso, prazo para pagamento, taxa de juros cobrada e a estimativa de empregos gerados.

Moreira Mendes elogia programa contra violência

Ao elogiar ontem o pacote de medidas contra a violência recentemente anunciado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou que a iniciativa “vem ao encontro do anseio de uma sociedade que se sente desamparada, que não tem a quem recorrer, a quem gritar por socorro”.

Na avaliação do senador, ao divulgar o programa de ações contra a violência o presidente da República respondeu ao “clamor das ruas” pedindo o fim da crescente onda de crimes nos principais centros urbanos brasileiros, “que torna cada cidadão refém do medo”.

Moreira Mendes citou o emocionado discurso pronunciado na semana passada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), no qual informou que sua esposa e filho fo-



Programa do governo responde ao clamor das ruas, afirma Moreira Mendes

ram vítimas de tentativa de assalto no Rio de Janeiro. O senador prestou sua solidariedade ao parlamentar paraibano, ressaltando que o drama vivido por Ney Suassuna “mostra que a violência não escolhe mais alvos, nem prioriza o objeto de sua motivação criminosa”.

Ele destacou que, ao dar um basta à corrupção, ao crime organizado e à violência, o presidente Fernando Henrique Cardoso também condenou o descaso, enfatizando que a solução para o problema da violência “não pode ser encontrada apenas pelo governo, mas também pela mobilização de toda a sociedade”.

— Tenho certeza de que o governo logrará êxito nesta espinhosa questão. E o povo brasileiro saberá apoiar as medidas que forem apresentadas para combater essa maior preocupação dos cidadãos brasileiros — concluiu o senador.

Para Patrocínio, saúde infantil deve ser prioridade nacional

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) fez um apelo aos governos federal e estaduais para que a redução da mortalidade e da desnutrição infantil seja tratada como prioridade estratégica nacional. Ele lamentou que o Brasil tenha ingressado no século XXI “sem conseguir resultados minimamente condizentes com sua posição econômica no cenário mundial” no que se refere ao combate à desnutrição infantil, em decorrência da deficiente distribuição de renda e da falta de acesso a serviços básicos de saúde.

— É necessário implementar políticas públicas direcionadas para a melhoria da renda familiar e para a elevação do nível de escolaridade da mãe, fatores que influenciam diretamente a nutrição das crianças — disse.

Patrocínio citou análise feita por técnicos do Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea), responsabilizando as políticas públicas fragmentadas e desarticuladas pelos baixos índices de nutrição infantil. “Além disso, essas ações do governo têm sido mal formuladas e excessivamente centralizadas, ignorando as especificidades regionais e locais”, enfatizou.

O senador explicou que, no âmbito mais específico das ações de saúde, recomenda-se o acompanhamento do crescimento

e do desenvolvimento das crianças, a assistência pré-natal, a promoção do aleitamento materno, a vigilância da criança de risco, a suplementação alimentar e nutricional, a imunização e a prevenção e controle das doenças prevalentes na infância.



Patrocínio defende políticas para melhorar renda familiar e escolaridade das mães

Invasão em Rondônia exige solução pacífica, adverte Lando

Senador critica “inércia do Incra” e alerta que tentativa de desocupação de fazenda pela Polícia Federal pode resultar em massacre

O senador Amir Lando (PMDB-RO) fez um apelo ontem ao ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, para encaminhar uma solução pacífica para a invasão da fazenda Urupá, em Rondônia. “O assunto é urgente. Se a Polícia Federal, armada, for desocupar as terras, haverá um massacre de proporções ainda maiores do que o de Corumbiara, onde 11 trabalhadores perderam suas vidas”, alertou.

Lando disse que a ocupação de terras em Rondônia, em municípios como Campo Longo e Buritis, é causada “pela inércia do Incra, que não desapropria terras no estado nem distribui os 14 milhões de hectares devolutos que lá estão, à espera de quem plante e colha”. “O governo federal não pode



Amir Lando diz que governo não pode ficar preso ao FMI e ao Banco Mundial

ficar preso ao FMI e ao Banco Mundial, que não querem ver a Amazônia ocupada, sob pretexto de proteger o meio ambiente”, argumentou.

Segundo Amir Lando, não há como evitar as ocupações de terras, “porque há gente precisando

de terra para plantar”. Ele espera a intermediação do Incra, para que o processo se dê de forma ordenada. Do contrário, advertiu, as fazendas serão invadidas por grupos e haverá uma guerra brutal pela posse da terra, e é isso que já vem acontecendo no estado.

Em aparte, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) concordou com a opinião de Lando. O senador Moreira Mendes (PFL-RO) disse que há uma orquestração para manter a região Norte afastada do progresso. “Quero registrar meu repúdio à política do Incra, que não titula terras de quem já está em Buritis e Campo Longo há 12 e até 15 anos”, afirmou, concordando com Lando sobre a possibilidade de um novo massacre como o de Corumbiara.

Lauro analisa situação do DF e cobra esclarecimento da morte de operário

Ampla análise da situação política e social do Distrito Federal foi feita ontem pelo senador Lauro Campos (PT-DF). Depois de retrospectiva de sua atuação política e eleitoral nos últimos anos, Lauro culpou o governador Joaquim Roriz pelo aumento da violência, fruto do crescimento acelerado e desordenado de Brasília e das cidades satélites. Ele cobrou de Roriz o esclarecimento da morte de um operário da Novacap, durante manifestação na sede da empresa, em Brasília, no dia 2 de dezembro do ano passado.

Lauro Campos também fez críticas ao ex-governador Cristovam Buarque pela venda de empresas estatais, explicando assim por que não participou da campanha do candidato do PT ao governo do Distrito Federal na eleição de 1999, ao contrário do que fizera em 1994, quando se elegeu senador.

— Se quiserem me expulsar do partido, podem expulsar, mas votei em Orlando Carielo (candidato do PSTU) — revelou o senador.

Lauro Campos associou a violência em Brasília e em outras cidades brasileiras à subserviência dos governadores à política eco-

nômica do governo federal. Este, por sua vez, mostra-se igualmente subserviente ao capital internacional, afirmou. O senador disse que jamais poderia ser governador tendo que se dobrar diante dessa política.

— O Brasil está se abrindo à penetração do capitalismo internacional — alertou.

O senador elencou outros fatores determinantes na sua recusa a exercer um cargo executivo. Um deles é a “falta de vocação para o poder e de gosto por mandar”. Lauro Campos disse que se contenta mais com o respeito dedicado aos semelhantes e os “orgasmos intelectuais” de que desfrutou quando era professor universitário.

A questão central, para o senador, é a da coerência, segundo ele uma herança das idéias de Sócrates, o filósofo grego que, mesmo tendo chance, não fugiu da sentença de morte por respeito à lei. Em razão dessa mesma coerência é que o senador diz não ter sofrido nas vezes em que perdeu eleições.

— Gosto mais das minhas derrotas do que das minhas vitórias — afirmou Lauro, que foi elogiado por sua coerência em aparte



Lauro Campos lamenta o crescimento da violência no Distrito Federal

do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Apesar do rigor com que costuma analisar as questões econômicas e os personagens da vida pública e acadêmica, Lauro Campos viu-se surpreendido, conforme relatou em seu discurso, ao constatar suas muitas “afinidades intelectuais” com o deputado Delfim Netto (PPB-SP). Segundo Lauro Campos, Delfim “conhece e respeita Marx”.

— Delfim Netto fez um *strip-tease* intelectual na minha frente durante debate na TV Senado — disse o senador.

Programa *Cidadania* debate novas formas de participação política

O programa *Cidadania*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 6h30 e 13h30, debate as novas formas de participação política. Um dos debatedores, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), defende o incentivo à participação política fora da vida partidária. Sugere que os partidos procurem detectar a razão do distanciamento entre a sua prática política e as expectativas da sociedade.

Também participa do programa o coordenador do movimento Consulta Po-



pular, criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), César Benjamin.

LICITAÇÕES

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) fala, em entrevista à TV Senado, de projeto de sua autoria que altera a legislação sobre regras para licitações e contratos, obrigando o administrador público a prestar contas de seu trabalho de forma direta e paralela ao desenvolvimento de obras. A entrevista vai ao ar hoje às 7h30 e 20h30.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

0h55 – *Senado em Pauta*
1h – *Cidadania*: Senador Roberto Saturnino e o coordenador da Consulta Popular, César Benjamin, falam sobre os novos cenários políticos
1h55 – *Senado em Pauta*
2h – *Unip*: O ensino da ciência
2h25 – *Senado em Pauta*
2h30 – *Jornal do Senado*
2h55 – *Senado em Pauta*
3h – *Cores do Brasil*: Turismo no Espírito Santo
3h30 – *Entrevista*: Senador Nabor Júnior fala sobre as prestações de contas das obras públicas
3h55 – *Senado em Pauta*
4h – *Jornal do Senado*
4h25 – *Senado em Pauta*
4h30 – *Unip*: O ensino da ciência
4h55 – *Senado em Pauta*
5h – *TV Escola* – Educação Especial: Os primeiros anos
5h30 – *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas
5h55 – *Senado em Pauta*
6h – *Unip*: O ensino da ciência
6h25 – *Senado em Pauta*
6h30 – *Cidadania*: Senador Roberto Saturnino e o coordenador da Consulta Popular, César Benjamin, falam sobre os novos cenários políticos
7h25 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista*: Senador Nabor Júnior fala sobre as prestações de contas das obras públicas
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h25 – *Senado em Pauta*
8h30 – *TV Escola* – Educação Especial: Os primeiros anos

8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
9h30 – *Entrevista*: Senador Geraldo Melo fala sobre o fórum “Senadores do Mundo”
9h55 – *Senado em Pauta*
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
Logo após – Comissão de Educação
13h30 – *Cidadania*: Senador Roberto Saturnino e o coordenador da Consulta Popular, César Benjamin, falam sobre os novos cenários políticos
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
Logo após – Comissão Mista que analisa os Bingos – (gravado)
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

Projeto de Calheiros define crimes praticados na Internet

Além de defender a preservação da inviolabilidade das informações pessoais, senador chama atenção para o *ciberterrorismo*

Afirmando que os delitos cometidos em ambiente virtual exigem punições reais, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou em Plenário projeto de lei tipificando 20 ilícitos e fixando para os infratores penas de detenção, reclusão e multa. Ele observou que a Internet tem uma concepção anárquica, que pretende fugir a qualquer controle ou punição, e que, por isso, os legisladores têm obrigação de não deixar esses delitos impunes.

Conforme Calheiros, a ONU reco-



Renan Calheiros: delitos em ambiente virtual exigem punições reais

nheceu que esses delitos, conhecidos como *cibercrimes*, necessitam de tipificação penal para inibir a ação dos *hackers* – os piratas cibernéticos. O senador disse ainda que, além de preservar a inviolabilidade de informações pessoais, é preciso atenção contra o *ciberterrorismo*, que consiste na invasão de determinada base de informações com o intuito de prejudicar o andamento normal de serviços.

Argumentando que não há crime sem lei prévia que o defina, Ca-

lheiros apresentou um projeto que divide em sete os grupos de delitos. São eles: crimes contra a inviolabilidade de dados, contra a propriedade e o patrimônio, contra a honra e a vida privada, contra a vida e a integridade física das pessoas, contra o patrimônio fiscal, contra a moral pública e contra a segurança nacional. A difusão de material injurioso na Internet será punida, de acordo com o projeto, com detenção de seis meses e multa. O senador chamou especial atenção para os delitos cometidos contra concessionárias de serviços públicos, como distribuição de energia elétrica, centrais telefônicas e outros, que terão suas penas agravadas.

Simon destaca Campanha da Fraternidade

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez ontem elogios à Campanha da Fraternidade deste ano, que reúne, além dos católicos, sete outras igrejas cristãs, e que tem como tema “Dignidade Humana 2000, Novo Milênio, Sem Exclusões”. Simon lembrou que a Quaresma, quando tem início a campanha, é um período em que os cristãos são chamados a meditar sobre a vida, a realidade do mundo e do Brasil.

A campanha pretende, destacou Simon, utilizar os valores morais e éticos para exaltar a dignidade da pessoa e promover a solidariedade. “Muito poucos de nós fazem alguma coisa”, afirmou. Prova disso, acrescentou, é a existência de um mercado de luxo para produtos veterinários, enquanto 71 milhões de brasileiros, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), estão afastados do mer-

cado de consumo.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) disse que as sociedades que têm como seu melhor amigo o cão transformaram o próximo em inimigo. Informou que, no Japão, cada pessoa gasta em média US\$ 300 por mês com a criação de cães.

O senador Tião Viana (PT-AC) citou dados da Organização Mundial da Saúde, segundo os quais 35 mil crianças morrem diariamente no planeta; 90% das crianças africanas sofrem com doenças convulsivas “por falta de um remédio baratíssimo”; e, a cada três crianças que morrem no Brasil, uma poderia ter sido salva “se os governos tivessem investido um pouco mais em saúde nos últimos anos”.



Pedro Simon sugere programa pioneiro contra a pobreza no DF

Pedro Simon sugeriu que o Senado conceda o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, para implementar um programa pioneiro com recursos do Fundo da Pobreza. Segundo o senador, o governo do DF construiria duas ou três casas, para onde seriam levadas as crianças e famílias encontradas nas ruas após as 23h. Nessas casas, as pessoas teriam condições de tomar banho e fazer uma refeição, e disporeiam de cama para dormir. Também poderia ser oferecida a elas a oportunidade de tirar carteiras de identidade e de trabalho. “Não posso aceitar que as pessoas andem nas ruas, vejam o que está acontecendo e não façam nada”, salientou.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Estevão quer punir falsificação de dinheiro de plástico

Projeto de lei de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), alterando a redação do art. 289 do Código Penal, tipifica como crime, além da falsificação, fabrico e alteração de moeda metálica e papel-moeda, a adulteração de outro tipo equivalente ao papel-moeda, como a cédula de plástico. A ma-



Proposta de Estevão se antecipa ao lançamento de cédulas de plástico

téria está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será apreciada em caráter terminativo.

Segundo Luiz Estevão, o projeto surgiu a propósito do lançamento de cédulas de plástico de dez reais, a serem emitidas em breve pelo Banco Central do Brasil, em comemoração aos 500 anos do des-

cobrimento.

– A aceitabilidade pelo público desse novo tipo de cédula acarretará a substituição total das atuais notas de papel. Haverá, por conseguinte, a convivência da moeda metálica, do papel-moeda e do “plástico-moeda”. Convém, pois, tipificar a falsificação da cédula de plástico como crime previsto no Código Penal – afirmou o senador.

Pelo Código Penal, a falsificação de moeda é punida com reclusão de três a 12 anos e multa.

Arruda propõe novo sistema de ingresso em faculdades federais

As instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e não credenciadas como universidades deverão reservar vagas de acesso, na forma de avaliação seriada anual, para os candidatos que estejam cursando o ensino médio, de acordo com projeto de lei apresentado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

O número de vagas a serem reservadas no Programa de Avaliação Seriada Anual (PAS), segundo o projeto, não poderá ser inferior a 25% das vagas totais. O programa, que já existe na Universidade de Brasília (UnB), permite que o aluno tenha acesso ao ensino superior sem precisar fazer vestibular, desde que seja selecionado por uma banca examinadora destinada a analisar o de-



Arruda entende que o PAS é uma experiência vitoriosa e beneficia estudante pobre

sempenho do estudante ao longo de todo o segundo grau.

Para o líder do governo no Senado, o PAS é uma experiência vitoriosa e bem recebida por professores e alunos, uma vez que dá chances a todos os estudantes, principalmente os de baixa renda, a entrarem numa universidade. Além disso, a seu ver, o programa permite minimizar a influência de fatores externos – inclusive emocionais – sobre o processo de avaliação da capacidade individual.

Caso o projeto venha a ser aprovado, as universidades terão prazo de cinco anos para se adequarem ao PAS. Caberá ao Ministério da Educação estabelecer os critérios e as normas pelas quais será implementado o novo sistema de seleção.

Patrocínio alerta para perigos do bronzeamento

De autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais, para ser deliberado em caráter terminativo, projeto que obriga a fixação, em equipamentos de bronzeamento artificial, do aviso de que ele pode causar câncer de pele, catarata e envelhecimento precoce. O mesmo aviso deve ser fixado nos ambientes em que se realizam essas aplicações.

Patrocínio quer alterar a lei que regulamenta a propaganda de medicamentos para obrigar a fixação de avisos bem legíveis que aconselhem o usuário a evitar bronzear-se artificialmente mais de dez vezes por ano e que contenham a seguinte informação: as câmaras emitem raios UVA e UVB; a radiação emitida é mais intensa que a do sol; e menores de idade não devem fazer bronzeamen-



Patrocínio quer obrigar clínicas de bronzeamento a advertirem sobre o método

to artificial.

Carlos Patrocínio reportou-se a dermatologistas que advertem para o perigo desse tipo de bronzeamento e para o fato de que, diariamente, 30 mil brasileiros, dos quais 80% mulheres, visitam clínicas que oferecem esse serviço. Também relatou que pesquisas realizadas na Europa indicam que as mulheres submetidas a mais de 20 minutos desse bronzeamento por ano têm sete vezes mais chances de ter melanoma (tumor constituído de células pigmentadas por melanina) após os 30 anos de idade.

Nessas clínicas, conforme Patrocínio, os clientes recebem informações erradas. Conforme o senador, especialistas afirmam que dez minutos de radiação artificial equivalem a um dia inteiro de sol, pois as máquinas emitem uma quantidade média de raios UVA dez vezes maior que a radiação solar.

Eduardo cobra implantação de universidade no Tocantins

Estado é o único que não tem uma instituição de ensino superior mantida pelo governo federal, afirma o senador, que vai se licenciar

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) cobrou do governo federal a implantação de uma universidade federal no Tocantins, o único estado brasileiro a não dispor de uma instituição de ensino superior mantida pelo governo federal. Ele comentou que, apesar de estar se licenciando do Senado para ocupar uma secretaria no governo de seu estado, a luta pela universidade prosseguirá, sob o comando dos senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Prometendo um pronunciamento de despedida para amanhã, Eduardo Siqueira Campos afirmou que se licenciará do Senado por um tempo, mas deixará tramitando na Casa um projeto de lei autorizando a criação da Universidade Federal do Tocantins. Ele manifestou sua discordância com relação à corren-



Eduardo Siqueira Campos deixará no Senado projeto de lei autorizando criação de universidade

te de senadores e deputados federais que são contra os projetos autorizativos.

— Quantas escolas técnicas federais e universidades foram criadas há 20 anos a partir de projetos de lei autorizativos? A Escola Técnica

de Araguatins é um exemplo, criada a partir de projeto do então deputado Siqueira Campos. Sou contra a tese de que esse tipo de projeto não tem substância e não deveria tramitar. É querer cercear e retirar dos parlamentares a iniciativa e o exercício do poder de sensibilizar as autoridades – opinou Eduardo Siqueira Campos.

Do Plenário, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que em pouco tempo Eduardo Siqueira Campos se tornou um dos melhores senadores da Casa, principalmente pelas atitudes serenas e pelo bom senso ao tomar cada decisão. O presidente do Senado acrescentou que o Tocantins é um exemplo para o Brasil, e que tem lutado junto ao governo federal para que o estado receba da União o que lhe é devido.

Valadares aponta distorções nas verbas da saúde pública

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) constatou, com base em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), que a falta de critérios na distribuição dos recursos para a saúde entre os estados tem ocasionado problemas no atendimento à população, como a falta de leitos hospitalares em algumas especialidades e a concentração de vagas hospitalares em determinados municípios.

O senador fez um retrospecto da distribuição de recursos ao setor, lembrando que, a partir de 1988, o aumento da demanda por serviços foi acompanhada por uma crise no financiamento e que, entre 1989 e 1992, o volume de recursos federais para a saúde caiu cerca de 40% devido à diminuição das receitas e ao arrocho causado pelo combate ao déficit público. De acordo com o relatório do TCU, a situação indica “má distribuição de leitos hospitalares por especialidades e concentração de leitos em municípios catalisadores”.

O relatório, segundo o senador, assinala que as conseqüências da distribuição irregular de recursos são a deficiência do atendimento em

determinadas especialidades e a sobrecarga de municípios referência, que nem sempre recebem compensação financeira correspondente por estarem atendendo à população de outros municípios. Também menciona como problemas causados pela deficiência na distribuição dos recursos a política de compra de ambulâncias para deslocamento de pacientes do interior para as capitais, em detrimento da descentralização e do investimento em rede própria de saúde.

— Em 1996, criou-se a CPMF, inicialmente para financiar somente a saúde. Entretanto, isso não implicou aumento no volume de recursos na mesma proporção. Ao contrário, houve substituição das demais fontes, que caíram de R\$ 14,4 bilhões em 1996 para R\$ 9,4 bilhões em 1998. Para o ano 2000, está prevista a arrecadação de R\$ 17,1 bilhões, sendo que 20% foram desvinculados para compor a fonte 175 (Desvinculação de Receitas da União – DRU), substituta da fonte 199 (FEF), dos anos anteriores. Do total da fonte 155 (CPMF menos DRU), R\$ 13,3 bilhões, a área de saúde foi contemplada com R\$ 7,2 bilhões e



Antonio Carlos Valadares lamenta a sobrecarga de alguns municípios que são referência em saúde

mais R\$ 2,9 bilhões da fonte 175, totalizando R\$ 10,1 bilhões. Se não houvesse desvinculação, a saúde receberia 55% da fonte 155 cheia, totalizando R\$ 9,5 bilhões – explicou Valadares.

Para o senador, apesar dos critérios populacionais, parece que ainda persiste o princípio de distribuição de recursos pelo valor histórico das despesas em cada estado. Segundo ele, este critério prejudica os estados das regiões Norte e Nordeste, que ainda não têm uma infra-estrutura avançada na rede de saúde. Valadares defendeu o aumento, a adequação e a modernização das redes em vários estados, juntamente com uma política mista de redistribuição de recursos.